

Relator não prevê reajuste de salários no Orçamento

Por Ribamar Oliveira | De Brasília

O parecer preliminar à proposta orçamentária de 2019, do senador Waldemir Moka (MDB-MS), apresentado na sexta-feira passada, mas só divulgado na segunda-feira, informa que a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) não autorizou a destinação de recursos para aumento nas remunerações dos agentes públicos no próximo ano. Moka é o relator geral do Orçamento de 2019.

Em razão disso, acrescenta o relator em seu parecer, "o Anexo V do projeto de lei orçamentária de 2019 não previu qualquer dotação para reajuste de remunerações ou mesmo para a revisão geral obrigatória a que se refere o artigo 37, inciso X, da Constituição".

Em seu parecer, o relator não fez nenhuma referência ao reajuste de 16,38% do subsídio de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), que é o teto salarial do funcionalismo e que reajusta automaticamente os

salários de todos os magistrados brasileiros, aprovado pelo Senado no início deste mês.

O relator diz apenas, em seu parecer preliminar, que nas informações complementares ao PLOA 2019, enviadas pelo governo ao Congresso, constam "reservas de R\$ 1,7 bilhão e de R\$ 300 milhões, respectivamente, no âmbito do Poder Judiciário e do Ministério Público da União". Mas ele não informa a que se destinam essas "reservas".

O governo tem até amanhã para apresentar alterações na proposta orçamentária de 2019, data prevista para a votação do parecer preliminar do relator, como determina o artigo 28 da resolução nº 1/2006 do Congresso Nacional.

Após essa data, as mudanças só podem ser feitas por emendas do próprio Moka.

Na semana passada também foi apresentado o relatório da Comissão Mista de Orçamento sobre a

previsão de receita da União em 2019. Pela primeira vez na história recente do Congresso, os parlamentares não aumentaram a estimativa para a arrecadação feita pelo governo.

"Embora convencidos de que o ritmo de retomada do crescimento econômico em 2019 será tão ou mais pujante que o previsto no PLOA, abtivemo-nos de incluir alterações no Orçamento de 2019 em virtude de incertezas quanto às decisões que serão tomadas pelo novo governo", diz o relatório assinado pelo deputado Alceu Moreira (MDB-RS), relator da Receita.

As receitas primárias para 2019, incluindo a compensação do Regime Geral da Previdência Social (RGPS) por desonerações da folha de pagamento ainda vigentes, foram estimadas pelo governo em R\$ 1,574 trilhão. "Esse é o valor que propomos seja mantido na Lei Orçamentária de 2019", afirma Alceu Moreira em seu parecer.

Guedes confirma a criação da secretaria de privatizações

Lais Alegretti, Mariana Carneiro e Gustavo Uribe

Futuro ministro da área econômica, Paulo Guedes confirmou nesta terça-feira (20) que criará uma secretaria de privatizações. Ela terá a missão de coordenar a venda de ativos estatais, como imóveis e terrenos públicos, no governo Jair Bolsonaro.

Um dos pilares da gestão econômica do novo governo é tornar a estrutura estatal mais enxuta e eficiente, inclusive com a venda de bens.

Guedes não deu detalhes sobre a estrutura da secretaria, que ficará vinculada ao Ministério da Economia. Hoje, ela é de atribuição do Planejamento.

A secretaria também deverá supervisionar a gestão e os investimentos das estatais que permanecerem na carteira do governo federal.

A equipe de transição ainda discute o que acontecerá com o PPI (Programa de Parcerias e Investimentos), hoje ligado à Presidência da República, e responsável por coordenar as concessões de infraestrutura.

O desenho discutido nesta terça-feira indica que o PPI ficará sob o comando do vice, general Hamilton Mourão, ou de um nome indicado por ele. A secretaria terá a responsabilidade de coordenar as privatizações de estatais, a venda de participações e também as concessões de infraestrutura.

Desde a campanha eleitoral, Guedes tem defendido a privatização de estatais como forma de fazer caixa e reduzir o endividamento público do país. Ele chegou a declarar, em entrevista, que há cerca de R\$ 1 trilhão em ativos a ser privatizados.

O tema foi assunto que Guedes tratou em outros gabinetes em

Brasília, nesta terça.

Em reunião com o chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, e os ministros do governo Michel Temer ligados à infraestrutura, ele recebeu informações da atual administração sobre obras inacabadas, status de distribuidoras de energia à venda (do Amazonas e de Alagoas), rodovias que devem ser licitadas e contratos de ferrovias que podem ser renovados.

Em almoço com os presidentes do STF (Supremo Tribunal Federal), Dias Toffoli, do STJ (Superior Tribunal de Justiça), João Otávio de Noronha, e do TCU (Tribunal de Contas da União), Raimundo Carrero, falou da necessidade de diminuir o tamanho do Estado e reduzir a dívida.

Na saída, Noronha disse a jornalistas que o Judiciário não se oporá à agenda de privatizações do governo Bolsonaro.





“Essa não é uma questão do Judiciário. O Judiciário cumpre a lei, não formula políticas econômicas. Se vier uma lei que manda privatizar terá que cumpri-la, não podemos nem ser contra nem a favor”, afirmou.

O assunto também foi tema de reunião de Guedes com a equipe econômica de transição, no CCBB, 1 local de reunião da equipe de transição, durante toda a tarde.

Ao chegar ao gabinete de transição, nesta terça, ele sinalizou que o nome do próximo presidente do Banco do Brasil ainda não está fechado, apesar do atual presidente da Petrobras, IvanMonteiro, ser um dos cotados.

Ex-diretor do BNDES e integrante da equipe, Carlos da Costa

afirmou que as privatizações tendem a aumentar o PIB potencial do país. Aliado a outras medidas que ampliem a eficiência da economia, o país poderia crescer 5% em 2020, em sua previsão. “Estatais reduzem a produtividade dos países, com decisões que não necessariamente estão em linha com os consumidores, acionistas, com a sociedade como um todo, então é natural que privatizações aumentem nosso PIB potencial, um dos principais objetivos do nosso governo”, afirmou.

Segundo ele, uma das equipes do grupo de transição está avaliando quais ativos devem ser privatizados.

“Isso gera emprego, prosperidade, riqueza que o Brasil merece depois de tantos anos de recessão”, afirmou.

Prazo menor para mudar CMO

Sem receber qualquer indicativo de interesse da equipe de transição em adaptar agora o Orçamento de 2019 à estrutura que será adotada pelo novo governo, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) selou um acordo que vai dificultar uma eventual alteração a pedido do grupo de Paulo Guedes, futuro ministro da Economia. A proposta fechada pelo colegiado restringe o prazo para a equipe de transição solicitar mudanças ao relator-geral, senador Waldemir Moka (MDB-MS), ao fim da votação dos relatórios setoriais, prevista para 28 de novembro. Na prática, esse prazo antes era de 6 de dezembro, quando está prevista a votação do relatório-geral na CMO, mas ainda haveria brechas para alteração no plenário até a apreciação final do Orçamento, estimada para 20 de dezembro.